



Borges da Silveira
CORREIO BRAZILIENSE
Empresário
27 ABR 1988
investirá
na saúde

São Paulo — O projeto de lei do ministro Borges da Silveira, da Saúde, que propõe a aprovação de uma legislação especial, prevendo a concessão de benefícios fiscais a em presas que investirem na recuperação de hospitais da rede pública e beneficente, está sendo bem recebido no setor e pelo empresariado paulista.

O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo-Fiesp, Mário Amato, se mostrou receptivo à iniciativa: "É uma ótima idéia, é algo brilhante, e mereceria todo apoio da indústria de São Paulo".

Ele lembrou que a possibilidade de se manter tantas casas é uma intenção antiga do empresariado e faz parte do projeto de se ampliar a atuação em setores essenciais como saúde, habitação e educação, numa proposta conjunta entre os governos estadual e federal e com sindicatos de trabalhadores.

INTERESSE

O presidente do Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo, Chafic Farhat, que congrega 600 hospitais e mais de 8 mil estabelecimentos de saúde no estado, diz que o projeto, se for aprovado nos mesmos moldes da Lei Sarney para a cultura, é "primordial" para a evolução do setor no País. Ele destacou que, pela primeira vez, um ministro da Saúde mostrou interesse por esse problema.

Farhat disse ainda que se a lei for realmente aprovada, todo o setor se mobilizará num trabalho junto ao empresariado.

"Não há outra solução senão injetar dinheiro por parte do empresariado", disse o secretário-geral da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, Tutsomo Okubo. Ele defendeu a criação de mecanismos, em caráter de urgência, para que o empresário possa investir na saúde.

ABRANGÊNCIA

Okubo explicou também que a maioria dos empresários proporciona serviços de saúde aos seus funcionários, através de convênios particulares. Os recursos obrigatórios, destinados ao Inamps poderiam ser alocados para outras regiões menos favorecidas. Ele ressaltou ainda que a abrangência social do incentivo à Saúde é maior do que nos setores de educação e alimentação.

O presidente da Confederação das Misericórdias do Brasil, engenheiro Arymar Ferreira de Barros, conta que a entidade vem desenvolvendo um trabalho nos moldes do projeto de lei do ministro da Saúde há cerca de 12 anos, a nível de Governo Federal, ministérios e comunidade. Ele elogiou a iniciativa do ministro da Saúde: "Borges da Silveira se mostrou sensível a esse grande problema social".

REPERCUSSÃO

Ferreira de Barros destacou os dois principais aspectos positivos do projeto de lei: o reequipamento dos hospitais e a reproximação da sociedade ao sistema filantrópico. Ele ressaltou que os hospitais filantrópicos detêm 52 por cento da oferta de leitos, entre os hospitais de um modo geral. "Tenho certeza que o projeto será aprovado, pois ele será de uma repercussão social muito grande", finalizou.